O sertão febril: impacto microbiano e escravidão nos espaços (in)salubres da Província do Rio Grande do Norte, Ribeira do Seridó (1856-1888)

AVOHANNE ISABELLE COSTA DE ARAÚJO
UFRN - (Caicó)

MUIRAKYTAN KENNEDY DE MACEDO
UFRN - (Caicó)

Resumo
Este artigo traz uma discussão acerca do impacto que as epidemias causavam na Província do Rio Grande do Norte, tendo como alvo principal os escravos. Para perceber estes impactos utilizamos como fontes os relatórios da referida Província, os quais nos dão uma visão mais detalhada das medidas e providências que os presidentes tomavam em momentos de epidemia e os inventários da segunda metade do século XIX, onde constam quais moléstias eram mais comuns nos escravos. Com isso, percebemos que a Província do Rio Grande do Norte não fugiu da realidade do Brasil Oitocentista quando se trata de epidemias como febre amarela e bexigas e das condições em que se encontrava a medicina e a saúde neste período.

Palavras – chave
Escravidão, moléstias, insalubridade.

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Visões acerca da história da saúde.

É na segunda metade do século XIX, que o Brasil assiste a várias mudanças no que diz respeito à produção científica, principalmente na área da saúde e, consequentemente, da medicina[i]. A preocupação surgiu porque neste período, as epidemias foram mais presentes no Império, a ponto de atingir o filho de D. Pedro II, "Pedro Afonso, de um ano e meio de idade, durante a primeira grande epidemia de febre amarela, assim como o próprio imperador." (CHALHOUB, 1996. p. 76). Antes disso, ainda segundo o mesmo autor, a visão que se tinha do Brasil na época era a de que o mesmo era um lugar onde as epidemias não apareciam com intensidade, ostentava

> A reputação de ser um país em boas condições de salubridade. Apesar da posição geográfica, do clima e da abundância presença de outros elementos que o conhecimento médico do período considerava causadores de doenças epidêmicas das mais graves, o fato notável era que o país permanecia livre das duas pestes mais aterrorizantes do tempo (p. 60).

No tocante a medicina, segundo PÔRTO "foi também o momento da estruturação do ensino médico no Brasil, com a criação das Faculdades de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, cidades cujos portos receberam, no período, o maior número de escravos" (p. 1020). Como se pode perceber por meio deste trecho, a medicina no Brasil nasceu em pontos estratégicos onde os índices de doenças eram maiores até pela questão geográfica, pois as duas províncias citadas ficavam próximas de portos, lugar que recebia além de escravos, novas (ou não) bactérias. No tocante a este aspecto, vemos que o tráfico de escravos não era o único fator que influenciava a proliferação dessas doenças, um exemplo disso são os estudos voltados a paleopatologia que PÔRTO descreve em seu artigo:

> Estudos recentes da paleopatologia têm esclarecido um pouco mais essa questão, mostrando que o achado de parasitas ou de lesões em fósseis indica a presença de algumas dessas doenças antes da chegada do homem branco à América. Portanto, a ausência de uma doença não significa que ela não possa ocorrer tudo pode depender das condições propícias para seu aparecimento, como por exemplo, contatos recentes entre populações provocando mudanças no modo de vida, alimentação, etc. (p. 1023).

Aliado ao aspecto das epidemias, a higiene era outro assunto muito discutido pelos médicos das referidas faculdades. A questão da salubridade (termo que segundo FOUCAULT surgiu no final do século XVIII) fazia parte de um discurso civilizador como bem mostra CHALHOUB com o seu trabalho acerca dos cortiços na segunda metade do século XIX. Estas habitações foram alvo de muitas críticas dos políticos da época, pois por ser um espaço coletivo, o número de doenças aumentava. Com isso, a Junta Central de Higiene, órgão responsável por fiscalizar os espaços considerados "perigosos" a saúde pública juntamente com a câmara municipal da corte criou regras para os cortiços como, por exemplo, um livro que contivesse o nome dos moradores para identificar quem entrava e saía que o local estivesse limpo. Esta questão está muito relacionada com o pensamento

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

foucaultiano acerca do Estado que por meio do poder, passou a vigiar disciplinar e fiscalizar os espaços, não somente como uma forma negativa de punição, mas também como forma de manter a ordem daquele local.

Diante deste quadro, é importante salientar que o Seridó se enquadra na mesma situação em que o Brasil vivia na referida época. MATTOS[ii] já havia atentado para este aspecto, quando a mesma mencionou em sua dissertação que a Vila do Príncipe também acompanhou todas as mudanças que ocorreram no país durante o Império, embora com algumas características peculiares (1985. p. 1). Prova disso, são os Relatórios de Província, os quais mostram que a falta de higiene, saneamento, medidas de saúde e a falta de médicos eram fatores bastante preocupantes, que faziam parte da realidade da Província do Rio Grande do Norte. Pelo mesmo documento percebemos a ausência de um órgão específico relacionado as questões da saúde, pois quem solicitava recursos para estes fins eram os próprios presidentes e não um especialista na área da medicina, até porque médicos eram escassos na referida província e como foram discutidas anteriormente, as instituições voltadas para a medicina aparecem em fins do século XIX (por volta de 1870) o que mostra que a medicina era muito precária em todas as províncias durante o Império. Outra fonte documental importante para nosso estudo foram os inventários que comprovaram as palavras dos presidentes de província a respeito das doenças infectocontagiosas e epidemias que grassavam na região.

São por meio dos Relatórios de Província que percebemos como as medidas de saúde aparecem no Rio Grande do Norte, assim como a construção de lugares que separam os sãos dos doentes, os mortos dos vivos, e são nesses discursos que o cotidiano desses corpos doentes é mostrado. Neste sentido é importante citar o trecho de REVEL e PETER (1988):

> A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. (p.144)

Do clima doce ao terror das epidemias: os discursos dos presidentes de província e os resultados obtidos dos inventários

No discurso de um presidente de província de 1836[iii], o Rio Grande do Norte aparece como um lugar onde "a salubridade, e doçura do clima d'esta província seja grande preservativo contra as epidemias, que não podem desenvolver aqui todos seus horrores". Mas, com a leitura dos relatórios da década de 1850, este discurso de clima doce e salubre dá espaço para os horrores das epidemias de bexigas (varíola) e febre amarela. A maioria dos discursos analisados atentava para a precariedade das condições médicas e sanitárias, não havia locais suficientes para atender os pacientes, os médicos vinham de outras

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

províncias por meio da solicitação dos presidentes de província. Além disso, pediam cada vez mais recursos, medidas de higiene, construção das casas de caridade e cemitérios, esta última foi a que causou mais transformações por provocar muita resistência por parte da população, que se recusava a abandonar o antigo hábito de fazer enterramentos no interior das igrejas.

> Recomendei a construção de cemitérios públicos, como lhes He incumbido por lei, ao que nenhuma pode satisfazer, por deficiência de meios, e talvez mesmo por conhecerem na população algum apego ao inveterado abuso da inhumação nos templos, prática não só contrária a decência d'estes, como à salubridade publica. (...) Tem havido dificuldade na escolha do local, porque todos os apontados para esses fins apresentam o inconveniente de estar ou muito próximos, ou mui distantes, ou finalmente do lado dos ventos, mais reinantes. Convém, portanto, que indiqueis definitivamente aquele que melhor vos parecer (1851p. 499 - 500).

Ainda no tocante a esta medida de saúde, essa resistência durou muito tempo e outro fator que colaborou para isto foi à falta de recursos para a construção deste local. Diante das leituras destes relatórios, é só em 1859 que estes documentos mencionam a construção de um cemitério na Cidade de S. José. Outro fator a ser ressaltado é a ideia que se tem de cemitério. Segundo FOUCAULT,

> A individualização do cadáver não é uma ideia teológica de conservação, mas político-sanitária que protege a população sadia. É assim que aparece na periferia das cidades um verdadeiro exército de mortos tão bem enfileirados quanto uma tropa que se passa em revista. Pois é preciso esquadrinhar, analisar e reduzir esse perigo perpétuo que os mortos constituem. (p. 89-90)

As casas de caridade era outra medida muito solicitada pelos presidentes de província. As mesmas seriam locais para prestar assistência aos pobres, diferentemente dos hospitais, lugares não somente de se isolar os doentes dos sadios, mas onde se trata o paciente o qual fica rodeado por um "sistema de vigilância" onde os resultados são acompanhados e obtidos por meio dos tratamentos, anotações, por meio de formulários, dos sintomas apresentados, à hora em que aquele doente tomou determinado medicamento, enfim, as práticas médicas passam a ser reguladas por meio da vigilância, da observação. Vale salientar que, segundo FOUCAULT, os hospitais já existiam desde fins do século XVIII, mas ainda não eram presentes na Ribeira do Seridó.

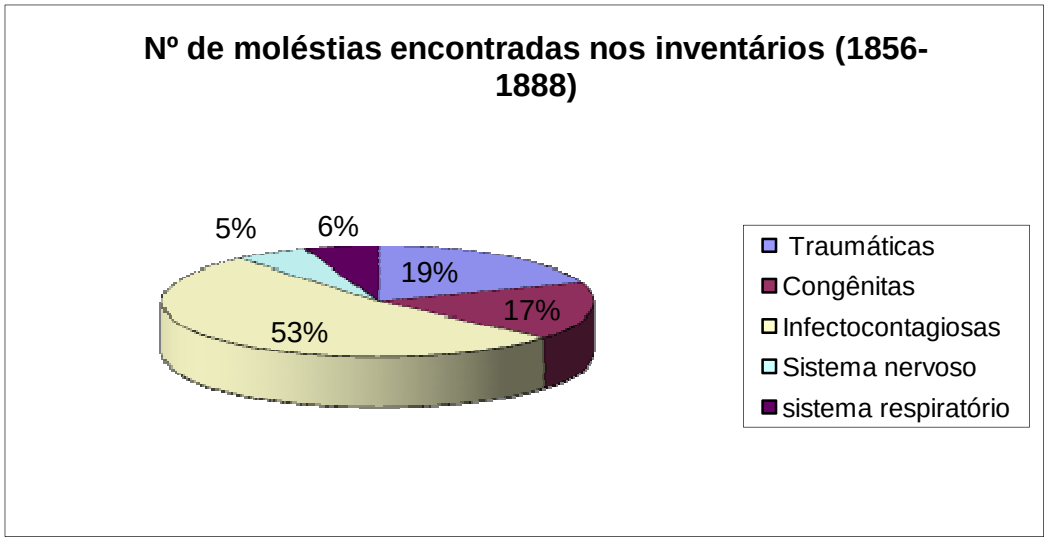
Além disso, o desconhecimento da população perante os métodos de prevenção impedia o trabalho de evitar as epidemias. Um exemplo disso são as vacinas. As mesmas, que serviam como medida de prevenção das bexigas (varíola) causava medo na população e com uma justificativa considerável, pois as mesmas chegavam deterioradas na província e a aplicação da mesma não era por nenhum profissional da saúde ou médico, mas sim "curiosos", gente comum, sem nenhuma experiência na área. Para exemplificar, uma tabela tirada de um dos relatórios mostra que poucas pessoas eram vacinadas na Província:

TABELA 1: Mapa da vacinação

Capital	Sexos		Condições		Resultado da vaccinação			Total
	Masculino	Feminino	Livres	Escravos	Tiverão vaccina regular	Sem effeito	Não forão observados	
Freguesia da Senhora d' Apresentação	147	50	181	16	80	74	43	197
Instituição da Cidade do Natal 10 de Janeiro de 1853. – Dr. Thomaz Cardoso d' Almeida, Commisario vaccinador provincial Conforme Manoel Joaquim Henriques de Paiva Secretário do Governo								

Fonte: FALAS e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte (1835 a 1859). Ed. Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série "G", nº. 08. Rio de Janeiro, Abril 2001. p. 543.

Como podemos ver nesta tabela, poucos eram os escravos vacinados na Província do Rio Grande do Norte, e é nesta questão que nossa pesquisa comprova que muitos escravos eram doentes, principalmente das infectocontagiosas, as quais ocupam 53% dos casos notificados e encontrados nos inventários da segunda metade do século XIX. As outras doenças como a do sistema respiratório, por exemplo, podem ter ligação com as infectocontagiosas.



Fonte: Inventários do Laboratório de Documentação histórica – LABORDOC, CERES/UFRN

É importante salientar que, além das precárias condições médicas, outros fatores contribuíam para o aumento dessas epidemias. A dissertação de MATTOS nos dá uma visão de como a Cidade do Príncipe reagia diante dos períodos de seca que devastava a população sertaneja:

> Os portos de Areia Branca e Macau eram os terminais de um comércio marítimo intenso, entre a província norte-rio-grandense e suas vizinhas do norte e do sul, Ceará e Pernambuco, respectivamente. Através desses portos, a população sertaneja se via provida de gêneros e recursos para o seu consumo e comercializava sua parca produção (p. 58).

Assim, a população ficava muito dependente dos referidos portos, o frete eram altíssimos, os alimentos ficavam muito caros e muitas vezes não chegavam ao seu destino porque os retirantes assaltavam no caminho. Segundo a autora, a dieta alimentar do sertanejo nos tempos de fartura era: animais de caça como o tatu, aves como a galinha, aves de arribação, peixes, derivados do leite, feijão, mel, milho, mandioca e frutas como melancia. Mas nos tempos de escassez a alimentação era baseada nas frutas silvestres, raízes, xiquexique. Com uma dieta tão precária, o sertanejo não resistia (p. 63). Os próprios presidentes de Província relatavam constantemente em seus relatórios "a escassez e o excessivo preço da farinha" (p. 758).

A seca também era outro fator que contribuía neste aspecto. Para MONTEIRO ela já era enfrentada pelos indígenas, o que fazia com que eles migrassem sazonalmente em busca de água e de certa forma, já era um hábito comum dos mesmos, pois a relação que mantinham com a terra não era a de propriedade privada. Com a fase de ocupação executada pelos colonos, a seca começa a atingir um número maior de pessoas devido ao povoamento e, diferentemente dos indígenas, os colonos mantinham hábitos e executavam atividades essencialmente sedentárias como a agricultura e a criação de gado (p. 23). As

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

crianças também sofriam muito com essas doenças, a ponto de chamar a atenção dos presidentes:

> A causa da tão crescida mortalidade nas crianças [eles pediam que] publicasse pela imprensa as instruções, que lhe parecessem conveniente para combatê-las. (...) Tal resultado era devido à epidemia de vermes lombricaes, auxiliada pela alimentação, quase exclusivamente vegetal das crianças (1859: p.775)

O que fica bastante claro nestes discursos dos presidentes é essa relação Estado e poder, pois as medidas estão muito relacionadas em se tratar o homem doente em sua coletividade. Neste sentido, essa relação nem sempre está em consonância com os aspectos negativos, pois,

> É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele exclui, ele reprime, ele recalca, ele censura, ele abstrai, ele mascara, ele esconde. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (apud MACHADO, 1979: p. XVI)

Considerações finais

Diante do exposto, podemos perceber que nossos objetivos foram alcançados, uma vez que foi possível detectar que as doenças relacionadas às atividades laborais não permaneceram com a mesma intensidade que apareciam na primeira metade do século XIX. As infectocontagiosas aumentaram de maneira significativa quando comparadas com a primeira metade do século XIX (de 14% na primeira metade para 53% na segunda metade do XIX). O aparecimento de doenças relacionadas ao sistema nervoso é um dado significativo, visto que ela pode estar relacionada com as doenças relacionadas às atividades laborais, o que, de certa forma, requer um estudo mais minucioso e com a consulta de outras fontes. Os Relatórios de Província nos deu uma visão mais ampla do cotidiano vivido por estes seres doentes e que nossas pesquisas comprovaram o que os Presidentes de Província tanto relatavam em seus relatórios: Que a presença das doenças infectocontagiosas era um fator agravante no Rio Grande do Norte Oitocentista.

Bibliografia consultada

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996

FALAS e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte (1835 a 1859). Ed. Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série "G", nº. 08. Rio de Janeiro, Abril 2001.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder.** 21.ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. p. 79-98.

_____. O nascimento do hospital. In: **Microfísica do poder.** 21.ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. p. 99-111.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MATTOS, Maria Regina M. Furtado. **Vila do Príncipe-1850/1890 Sertão do Seridó** – Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MONTEIRO, Denise Mattos. Vinhos e fome: a expansão agro-exportadora e a crise econômica e social (1850-1880). In:_____. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** 3.ed. Natal: EDUFRN, 2007. p. 99-118.

PÔRTO, Ângela. **O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX:** doenças, instituições e práticas terapêuticas. Disponível em: www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n4/12.pdf Acessado no dia 07 fev. 2009, às 16h e 34 min.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: O homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos objetos. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p. 141-159.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Rosinéia Ribeiro de Almeida. **O Seridó em tempos de cólera:** doenças e epidemias na segunda metade do século XIX. Caicó, RN. 2003. 64f. (trabalho de conclusão de curso). Curso de História, UFRN.

[i] Vide SCHWARCZ, Lilia Moritz. As faculdades de medicina ou como sanar um país doente**.** In:__. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 189-238.

[ii] O trabalho da referida autora é muito importante, pois traça bem o panorama econômico da Vila do Príncipe, assim como as dificuldades enfrentadas pela seca e pela fome. MATTOS, Maria Regina M. Furtado. **Vila do Príncipe-1850/1890 Sertão do Seridó –** Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

[iii] O presidente de província João Joze Ferreira D'Aguiar.